

# Salazar e Pétain, um casamento de conveniência

Helena Pinto Janeiro

## I Agradecimentos

Queria antes de mais agradecer ao Conselho Cultural da Universidade do Minho, na pessoa do seu presidente, Sr. Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, e aos membros do júri do Prémio de História Contemporânea do presente ano – Profs. Doutores Fernando Rosas, João Francisco Marques e José Viriato Eiras Capela – cuja decisão em atribuir o referido galardão ao meu trabalho SALAZAR E PÉTAIN, CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES LUSO-FRANCESAS DURANTE A II GUERRA MUNDIAL (1940-1944) muito me honra. Trata-se, com ligeiras alterações, da dissertação por mim defendida em Julho de 1995 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em História do Séc. XX e que será editada em livro pela Editorial Cosmos durante o próximo ano.

Deixei propositadamente para o fim da lista de agradecimentos o Doutor Victor de Sá, que instituiu este prémio como reconhecimento e incentivo aos jovens investigadores da História Contemporânea, porque, sendo um académico, é sobretudo um homem ligado à história do séc. XX pelo lado da vida. Tendo travado um combate cultural e humano contra o Estado Novo e sofrido na pele as consequências da sua coerência – numa época em que tal requeria grande coragem moral e física – conseguiu distanciar-se dessa experiência pessoal marcante instituindo um legado para apoiar a investigação histórica do regime que combateu. A atitude é-me particularmente grata porque, como representante da primeira geração de investigadores do Estado Novo sem memórias pessoais do regime, vi-me em mais de uma ocasião



interpelada por antigos combatentes de Salazar e do seu regime que, do alto dos seus galões de ex-prisioneiros ou ex-exilados políticos, me censuravam por, passo a citar, «não dizer mal de Salazar». Curiosamente, não faltaram as reacções negativas de sinal contrário, o que não deixou de me tranquilizar. Os

factos a que me refiro ocorreram há quase dez anos atrás, quando, com a Isabel Alarcão e Silva, me iniciei na investigação do Estado Novo, com o estudo da propaganda política salazarista (Se na altura, estudante de uma Faculdade então ainda muito marcada pela escola da «Nova História», tinha a ambição – ou a pretensão, se calhar – de aceder à «boa» categoria da história das mentalidades, acabei por ser conquistada para as virtudes da história política).

Não quero deixar de acrescentar, algo paradoxalmente, um segundo motivo pelo qual fico feliz por receber um prémio instituído pelo Doutor Victor de Sá. Trata-se de um representante dos historiadores da velha cepa que ao estudarem o particular, não esquecem as grandes interpretações globais; e ao fazerem investigação, não se demitem da sua roupagem de homens e mulheres de cultura *latu sensu* e de pessoas com uma palavra a dizer na sociedade em que vivem. Fazem história com paixão, sem pretenderem fingir a total, asséptica e impossível objectividade. Vivem com paixão a sua história pessoal e comunitária, cujos horizontes ultrapassam em muito a realidade da sua vida profissional.

## II Objecto de Estudo

De seguida, darei uma panorâmica geral do objecto de estudo, estado da questão, objectivos e fontes da investigação que desenvolvi para este trabalho, para depois passar a explicar os motivos pelos quais defendo a tese que Salazar foi padrinho de Vichy.

O meu objecto de estudo era a reconstituição e análise das relações políticas entre o Portugal de Salazar e a França de Vichy durante o período em que ambos os regimes coexistiram – do Verão de 1940 ao Verão de 1944, quatro anos cruciais da II Guerra Mundial. Este tema pareceu-me particularmente interessante devido ao facto de historiadores e politólogos que estudaram o

fenómeno dos regimes autoritários da família do fascismo surgidos na Europa entre as duas guerras, tenderem a juntar o Estado Novo e Vichy numa mesma categoria – a saber, os regimes autoritários não fascistas –, encontrando-lhes um inequívoco ar de família. Em segundo lugar, à parte algumas referências esparsas em obras gerais sobre o fascismo e regimes afins e alguns artigos que abordam sumariamente o tema, numa perspectiva comparada, as relações políticas entre Salazar e Pétain e respectivos regimes estavam ainda por estudar.

### III Objectivos

Partindo deste parco panorama historiográfico, parti à procura de uma resposta para a questão que orientou toda a investigação, a saber: Salazar terá sido padrinho do regime de Vichy? E em que medida Pétain se reconheceu nesse apadrinhamento? O meu principal objectivo foi, pois, testar a tese de que existiria não apenas uma semelhança superficial entre o Portugal de Salazar e a França de Vichy mas uma identidade de princípios ideológicos mais profunda. Em segundo lugar, tentei perceber se, a par de uma aposta ideológica comum, Salazar e Pétain terão partilhado alguns interesses estratégicos. Estas duas questões – a aposta ideológica e a aposta estratégica comuns aos governos dos dois países – constituem o núcleo duro à volta do qual giram as outras perguntas que inevitavelmente as relações políticas luso-francesas levantam durante este período e, nomeadamente, a questão do reconhecimento da legitimidade do regime de Vichy por parte de Salazar.

Um segundo grupo de questões gira à volta das relações paradiplomáticas que o Estado Novo não desdenhou manter com os dissidentes do regime de Pétain. De facto, a par da análise dos dois grandes grupos de implicações – ideológicas e estratégicas – do casamento de conveniência entre Salazar e Pétain, o trabalho aborda também as relações entre Salazar e as representações paradiplomáticas da França que actuam semiclandestinamente na

capital portuguesa, sob a protecção dos Aliados. Em primeiro lugar, temos a delegação do general De Gaulle, com intensa actividade entre 1940 e 1943, com o apoio activo da Embaixada Britânica. Concorrente aos gaullistas, instala-se também em Lisboa, desta feita com o apoio dos norte-americanos, uma representação da delegação francesa no Norte de África – liderada inicialmente pelo general Darlan e, depois, pelo general Giraud. Assim, entre finais de 1942 a 1943 coexistem em Portugal três delegações da França, em paralelo e em concorrência – a pétainista, a gaullista e a giraudista –, cada qual reclamando-se como a única legítima. A partir de meados de 1943 e até à Libertação da França, reduzem-se a duas, com a representação unificada do Comité Francês de Libertação Nacional. Procurei saber em que termos é que se desenrolaram as relações paradiplomáticas destas França alternativas à França de Vichy com o regime português que apadrinhou Pétain e, nomeadamente, como é que Salazar conciliou as intensas actividades de gaullistas e giraudistas em Portugal com a manutenção do reconhecimento oficial da França de Vichy.

## IV Fontes

O corpo de fontes em que me baseei inclui a documentação diplomática recebida e expedida pela Legação de Portugal em Paris e em Vichy e pelos consulados de Portugal em França e na África Francesa. Analisei também a documentação diplomática francesa de e para a Legação da França em Portugal e para os vários consulados franceses no nosso País, depositada nos Arquivos do *Quai d'Orsay*. Por outro lado, encontrei dados importantes na documentação oficial do governo de Vichy e do marechal Pétain, depositada nos Arquivos Nacionais de França, bem como do governo português, no Arquivo de Oliveira Salazar, que então acumulava a pasta dos Negócios Estrangeiros com a Presidência do Conselho. Em terceiro lugar, vi dados de muito interesse na documentação reunida pela BDIC, a importante Biblioteca e Documentação Internacional Contemporânea, da Universidade de Nanterre.

Quanto às fontes publicadas na época, em Portugal como em França, incluem legislação e discursos oficiais, correspondência, imprensa e uma quantidade apreciável de memórias, relatos de viagens, entrevistas, ensaios, teses de doutoramento e outros trabalhos académicos, relatórios científicos, romances, panfletos e brochuras de propaganda, com informações preciosas para as relações luso-francesas no período de vigência do regime de Vichy.

## V

### O casamento de conveniência de Salazar e Pétain

Tendo por base este corpo documental, defendo que, se Salazar apadrinhou Vichy, a Pétain foi-lhe conveniente tal apadrinhamento, antes de mais por motivos ideológicos. De facto, em certo sentido, Salazar apadrinhou Vichy e Pétain reviu-se nesse apadrinhamento. Digamos que foi um casamento de mútua conveniência ou, para usar uma expressão hoje em voga, uma associação *politicamente correcta*. Interessava a ambos os regimes realçar as afinidades ideológicas que os ligavam. O modelo português surgia particularmente operacional pela aura de eficácia revolucionária que o envolvia e, simultaneamente, pela sua relativa inocuidade no seio dos regimes da família do fascismo europeus. Com uma imagem de autoritarismo firme mas temperado de boas intenções cristãs, distanciado dos apetites expansionistas e beligerantes do nazismo e do fascismo, tradicional aliado da Grã-Bretanha e fiel amigo da França, o Portugal de Salazar é um exemplo tão oportuno quão inofensivo. Na verdade, Salazar e o salazarismo servem de modelos privilegiados no processo de estruturação política e ideológica do regime de Vichy, ao ponto de ser tomado como modelo para a definição do sistema político que, com Pétain, liquida a III República francesa liberal, democrática e parlamentar. A França de Vichy inspira-se no autoritarismo de Salazar, antidemocrático mas não excessivamente radical, com um verniz de moderação e de corporativismo alegadamente apropriado a temperamentos cristãos e latinos.

Porém, por força das fraquezas de que enferma Vichy – condicionado pela ocupação alemã do Norte da França e, em finais de 1942, da própria França sob a sua jurisdição –, o estreitamento das relações bilaterais acaba por não estar à altura do entendimento político-ideológico. Na realidade, acaba, em alguns aspectos, por se revelar mais virtual do que efectivo. É o caso da influência do modelo constitucional salazarista no inconsequente projecto de Constituição vichysta. Algo de semelhante acontece com o corporativismo, nas relações com a Igreja ou nas políticas da família e juventude: se perscrutarmos para além do véu da propaganda, encontramos realidades como o estudo das realidades portuguesas, visitas de estudo ou de cortesia, troca de opiniões, manifestações de simpatia e de interesse por aprender com o modelo salazarista... Ou seja, a realidade das relações bilaterais acaba quase sempre por ficar aquém das afinidades proclamadas ao nível do discurso. É, de facto, na definição programática e no figurino político-ideológico que as relações Lisboa-Vichy são mais substanciais, mesmo se por via das circunstâncias anómalas que condicionam o nascimento e o desenrolar do regime de Pétain elas acabem por não ir tão longe quanto a sintonia política deixava adivinhar.

Uma segunda conclusão a tirar é que, além da ideologia e do modelo de regime, Salazar e Pétain partilham algumas concepções estratégicas, a saber: a neutralidade e a crença de que a guerra se saldaria por uma paz de compromisso. Num primeiro momento, a neutralização da França meridional mantém as tropas alemãs para além dos Pirinéus, longe das fronteiras portuguesas. Mas cedo Salazar verá na neutralidade da França de Vichy também vantagens para o pós-guerra. A neutralidade vichysta significa um trunfo para a paz, que Salazar acredita poder vir a ser negociada por personalidades como Pétain, por si oportunamente apadrinhado. Pétain corresponde a tais expectativas, colando-se às potencialidades da neutralidade e da colaboração com os alemães. A paz futura, tal como a desejam Salazar e Pétain, deveria assegurar um compromisso entre vencedores e vencidos, negociado por personalidades neutras de prestígio moral incontestável. E se Pétain anseia protagonizar tal arbítrio, Salazar não deixa de defender um cenário que lhe traria óbvios dividendos políticos. A Alemanha não seria aniquilada, ficando com força anímica suficiente para se constituir,

juntamente com uma França fortalecida, numa barreira ao avanço soviético pela Europa dentro. A paz de compromisso não só salvaguardaria um certo equilíbrio de forças europeu, como permitiria aos países neutrais desempenhar um papel ímpar no desenho da Europa após uma guerra que outros combateram por eles. Permitiria, igualmente, um acréscimo de prestígio para os regimes protagonizados por tais árbitros, autoritários mas não em demasia. No limite, possibilitaria a sua própria sobrevivência numa guerra que se desenha crescentemente como a luta das democracias contra as ditaduras.

A partir de certa altura, a aposta na paz negociada e na capacidade de expansão de um sistema político de compromisso, supostamente a meio caminho entre o parlamentarismo democrático e os totalitarismos nazi e fascista, deixará de fazer qualquer sentido, não passando de um exercício retórico. Porém, se a paz de compromisso se vem a revelar um equívoco, a bem arquitetada imagem de moderação e de equilíbrio de Salazar virá a dar os seus frutos e o salazarismo, à falta de arbitrar externamente seja o que for, sobreviverá à vitória das democracias como uma ditadura *aceitável*. Na verdade, chegada a paz, Salazar conservará a sua liberdade, o seu cargo e o seu regime. Outro tanto não acontece com o seu afilhado francês. A tolerância dos Aliados por regimes «à Salazar» desvanece-se em fumo no que respeita à França de Vichy, onde a neutralidade acaba demasiado comprometida com o beligerante perdedor. As estreitas afinidades que durante quatro anos juntaram Salazar e Pétain numa dupla aposta comum, ideológica e estratégica, esboroam-se com a queda de Vichy, à qual o seu padrinho português logrará sobreviver por muitos anos ainda.

À libertação da França seguir-se-á um período de esfriamento das relações luso-francesas. O «ídolo» português de Vichy não é bem visto pelas novas autoridades democráticas da França, até porque Salazar não renega o apoio dado a Pétain e não esconde o seu desgosto por a França regressar ao velho demoparlamentarismo. Não obstante, ao contrário do que acontece com o regime de Franco, com quem a França vencedora se recusa a estabelecer relações diplomáticas normais, alegando tratar-se do último regime fascista da Europa, o Portugal de Salazar colhe os frutos da imagem mitificada de autoritarismo contido e pacato que os seus serviços de propaganda conseguiram.



ram fazer passar em França e de que tantos franceses se fizeram eco em escritos no seu país. O autoritarismo «à Salazar» não só sobrevive ao fracasso do seu afilhado francês como continuará, bem para além do estertor de Vichy, a servir de referência para uma franja da direita francesa nas décadas que se vão seguir.